



Sexta-feira, 21 de maio de 2021 às 14:15, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3058588: DECRETO Nº 991 DE 21 DE MAIO DE 2021

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Princesa

MUNICÍPIO

Princesa



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3058588>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

DECRETO Nº 991 DE 21 DE MAIO DE 2021.

REGULAMENTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE PREVENÇÃO, E APLICA PENALIDADE PARA FINS DE CONTROLE NA TRANSMISSÃO DA SARS-COVID-19

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, II, VI, IX, XXXI, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavirus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a redução de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense;

CONSIDERANDO que compete ao Município juntamente com o Estado executar ações e serviços de vigilância, investigação e controle de riscos e danos à saúde;

CONSIDERANDO que a população Princesense relaxou as medidas de prevenção em decorrência do baixo número de casos que existiam no Município;

CONSIDERANDO que em decorrência do relaxamento dos cuidados, houve o aumento no número de casos confirmados e de internações hospitalares;

CONSIDERANDO a publicação da lei 1.098 de 18 de maio de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios em funcionamento do Município de Princesa/SC devem observar **até o dia 30 de maio de 2021** as seguintes restrições:

I – Supermercados, Mercados, Mercearia e afins:

- a) limitação de entrada e circulação interna a no máximo, 50% (cinquenta por cento) da capacidade total de acordo com a liberação do corpo de bombeiros;
- b) limitação de acesso e entrada de clientes correspondente a 02 (duas) pessoas por entidade familiar,

II – Restaurantes e pizzarias poderão disponibilizar atendimento à la carte e de buffet até as 20hrs, observadas as normas sanitárias vigentes e após este horário, o serviço restringir-se-á a retirada no balcão ou tele entrega;

III – O funcionamento de Lanchonetes, padarias, bares e similares, mediante entrega no balcão, e após às 20h, somente através do serviço de delivery.

IV - É vedado o **consumo** de bebidas alcóolicas nos estabelecimentos após as 18 horas.

V – As academias poderão funcionar com ocupação de 30% de sua capacidade.

VI – As igrejas e/ou templos poderão funcionar com ocupação de 30% de sua capacidade, limitado a um culto por semana.

Parágrafo único. Concomitantemente as medidas acima, o estabelecimento deverá observar as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado de Santa Catarina, bem como orientar os clientes de que deverão permanecer de máscara enquanto não estiverem consumindo.

PESSOAS EM ISOLAMENTO

Art. 2º Aquele que cientificado pela Secretaria de Saúde ou órgão equivalente, deverá permanecer em isolamento na sua residência, pelo prazo recomendado, com circulação restrita ao imóvel.

§1º. Neste período de isolamento, o contato da pessoa isolada deverá ser restrito aos familiares e aos profissionais de saúde durante o atendimento.

§2º. Excepciona a restrição mencionada, o deslocamento e permanência para fins de consulta e/ou atendimento médico.

DAS ATIVIDADES FÚNEBRES

Art. 3º Nos casos não suspeitos de COVI-19, os velórios poderão ser realizados apenas no momento em que antecede o sepultamento, com duração máxima de até 04 (quatro) horas, devendo ser realizado no período das 07h00 às 17h00, limitada a entrada e celebrações de despedida a 10 (dez) pessoas por vez, sempre com o uso de máscara.

Parágrafo único. No caso do corpo ser liberado e não houver tempo hábil para o sepultamento, este permanecerá aos cuidados da funerária até o horário permitido para realização do velório.

Art. 4º. Fica proibida a realização de velórios nos casos confirmados de COVID-19, realizando ato de despedida com caixão fechado, restrito aos familiares, com duração máxima de 30 (trinta) minutos.

Art. 5º. Em ambos os casos deverão ser observadas as normas da Vigilância Sanitária Estadual, previstas na Nota Técnica Conjunta n. 025/2020 – DIVS, especialmente:

I – A observação das medidas de higiene das mãos e de etiqueta respiratória, em todas as circunstâncias.

II - Devem ser evitados apertos de mão e outros tipos de contato físico entre os participantes do funeral.

III - Recomenda-se que as pessoas dos grupos vulneráveis (crianças, idosos, grávidas, pessoas com doença crônica, etc.) não participem nos funerais.

IV - Devem ser disponibilizados água, sabonete líquido, papel toalha e **álcool gel a 70%** para higienização das mãos.

V - Estão suspensos os cultos ecumênicos e cortejos fúnebres para velórios.

VI – É proibido o velório em residências.

VII – O ambiente deverá ser ventilado.

VIII – A funerária deverá intensificar a frequência de higienização do espaço em que ocorre o velório, mantendo sempre disponível e com fácil acesso álcool a 70%, reduzindo o número de cadeiras e/ou assentos no espaço, observando o distanciamento recomendado.

IX - A capela mortuária ou local onde aconteceu o velório deverá ser imediato e totalmente higienizado após a realização do velório.

DAS PENALIZAÇÕES

Art. 6º. A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante das pessoas físicas e dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas neste ato normativo.

Parágrafo único. Em caso de aplicação de penalidade a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência de crime tipificado na legislação vigente.

Art. 7º. Salvo as pessoas que habitam o local, está suspensa a realização de festas, almoços, jantares, confraternizações, roda de chimarrão e/ou consumo de bebidas alcoólicas em espaços particulares, inclusive residências, com qualquer número de pessoas, sob pena de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa participante e R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o organizador ou responsável pelo local.

Art. 8. É obrigatório o uso da máscara nos estabelecimentos comerciais, de serviços, fábricas ou indústrias, e repartições públicas, pelas pessoas que estiverem no local, sob pena de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa.

Art. 9º O descumprimento por parte de pessoas físicas ou jurídicas, das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia decorrente do novo coronavírus (covid-19), ensejará a aplicação de multa civil assim estabelecida:

I –R\$ 500,00 (cem reais) para a pessoa física que permanecer em locais públicos ou privados interditados em razão da pandemia;

II - R\$ 1.000,00 (mil reais), a pessoa física que estiver com exame positivo para COVID-19, e descumprir o Atestado ou Termo de Isolamento.

III - R\$ 500,00 (quinhentos reais), a pessoa física que não possuir exame positivo para COVID-19, e descumprir o Atestado ou Termo de Isolamento.

Art. 10º Os estabelecimentos privados que desrespeitarem o horário estabelecido para encerrar o atendimento presencial de clientes serão multados:

I - R\$ 400,00 (quatrocentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento em até 30 minutos;

II - R\$ 800,00 (oitocentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento entre 30 minutos e 60 minutos;

III - R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento entre 1h00 e 1h30min;

IV - R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) – quando extrapolar o horário de funcionamento em período superior a 1h30min.

Art. 11 O estabelecimento que realizar atividades estando interditado, multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art. 12. O estabelecimento que descumprir as demais regras recomendadas ou previstas para o combate da pandemia decorrente do COVID19 serão multados de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo único. Os valores das multas previstas neste artigo serão aplicadas conforme a gravidade da conduta e a capacidade econômica do estabelecimento.

Art. 13. Na reincidência da prática de infrações de mesma natureza, as multas serão aplicadas em dobro na segunda ocorrência, ou triplicada, no caso da terceira infração em diante.

Art. 14. O não recolhimento da multa, através de Documento Único de Arrecadação Municipal – DUAM, no prazo de até 30 (trinta) dias, ensejará a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis para a sua cobrança.

RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO

Art. 15º. A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 16. Revoga-se o Decreto nº 882 de 11 de maio de 2021.

Art. 17. Esse decreto entra em vigência da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 DE MAIO DE 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL